

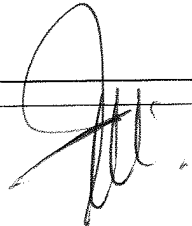


Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO AO RECURSO

De Acordo:



Cristiano Salmeirão
Prefeito Municipal

Birigui, 29 de maio de 2.019.

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SANDÁLIA TIPO “PAPETE” PARA USO ESCOLAR, DESTINADAS AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO”.

Recurso interposto pela empresa VANESSA RODRIGUES DE CARVALHO ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.366.017/0001-83 doravante denominada **Recorrente**.

1. SÍNTESE DAS RAZÕES DO RECURSO

Pretende a empresa recorrente, em suma, que seja reformada a decisão que reprovou as amostras apresentadas pela mesma, quais foram analisadas em duas ocasiões, nas datas de 22/04/2019 e 10/05/2019 por uma equipe indicada pela Secretaria Municipal de Educação, como previa o Edital do referido processo.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

2. PRELIMINARMENTE

O RECURSO reúne condições de admissibilidade, pois foi protocolizado dentro do prazo recursal e pertinente ao edital.

Devido a matéria ser única e exclusivamente de caráter técnico, quanto manter ou não a decisão da reprova das amostras, esta Pregoeira Oficial encaminhou junto à requisitante, Secretaria Municipal de Educação, a fim de que fosse nos informado quanto a veracidade e atendimento aos requisitos solicitados pela pasta.

Em resposta, a Secretaria de Educação informou, que após análise das razões recursais, ***A DECISÃO DE REPROVAÇÃO DAS AMOSTRAS SERÁ MANTIDA PELA SECRETARIA***, conforme ofício nº164/2019-SE (doc. anexo)

3. DECISÃO

No que cabe ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, ficou consignado no Termo de Referência, de forma objetiva, todas as características inerentes ao lote nº 01, demonstrando claramente as especificações, às quais todos os licitantes tiveram acesso, e em conformidade com o Art. 3º da Lei nº. 8.666/93;

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.(grifo nosso)

O jurista Marçal Justen Filho aborda o tema com propriedade na sua obra Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico - 5ª ed. rev. e atual.,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e os Decretos Federais nos 3.555/00 e 5.450/05. – São Paulo: Dialética, 2009, pg.136:

“Tornou-se pacífico o entendimento de ser vedada a apresentação de amostras por todos os licitantes. Essa solução infringe o princípio da proporcionalidade necessidade, eis que somente se produz a análise da amostra apresentada pelo licitante que tenha formulado o lance de menor valor. Submeter todos os demais licitantes a apresentar amostras equivale a generalizar um encargo econômico inútil – o qual se traduz num desincentivo à participação na licitação.”

Neste instante, vale ressaltar que a exigência de amostras ou protótipos objetiva averiguar as características do produto ofertado em face das especificações estabelecidas no instrumento convocatório da licitação, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade do objeto a ser licitado, o que fortalece a aplicação do princípio da eficiência da Administração Pública.

Cumprе salientar que a avaliação de amostras não substitui a verificação obrigatória para fins de recebimento e aceite, prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/1993.

De qualquer modo, a avaliação de amostras é uma das alternativas de que dispõe o gestor para assegurar a eficácia do objeto da contratação.

Quando a verificação da incompatibilidade do objeto ocorre após a celebração do contrato, já se gastou esforço e tempo para solucionar o problema, sendo necessário penalizar a empresa, efetuar o distrato e nova contratação, o que onera e retarda o procedimento de compra.

Logo, se a Secretaria de Educação manteve a desclassificação das amostras da Recorrente, a Sra. Pregoeira não compete interferir na análise estritamente técnica da pasta, cabendo somente cumpri-la.




Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Isto posto, decide-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa VANESSA RODRIGUES DE CARVALHO ME, porém, no mérito, pelo seu IMPROVIMENTO com fundamento da decisão técnica, mantendo-se a REPROVAÇÃO das amostras, conforme a decisão tomada tanto em primeira quanto em segunda análise pela Secretaria Requisitante.

Submete-se o presente expediente à Autoridade Superior, o Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, para concordância, e após devolve-se à Seção de Licitações para publicação do resultado na Imprensa Oficial e Jornal Local.


Tatyane Fernanda Martins
Pregoeira Oficial